

CRÍTICA À MORAL SUBJETIVISTA

Nildo Viana *

Uma das questões mais importantes nas lutas políticas contemporâneas é a questão do moralismo. A moral sempre foi importante nos embates políticos e sempre foi uma arma utilizada pelos conservadores de todas as espécies. Porém, a questão da moral (e do moralismo) ganhou nova dimensão nos últimos tempos, não só pelo seu uso intensivo pelos conservantistas, mas igualmente pelo seu uso cada vez mais intenso também pelos progressistas e sua generalização no capitalismo contemporâneo. Nesse sentido, é de suma importância entender o que significa os termos moral e moralismo, bem como entender esse processo de intensificação da moralização da sociedade e, mais ainda, o significado da atual forma de moralismo subjetivista que tomou conta do capitalismo contemporâneo. O nosso objetivo, a partir destas constatações, é realizar a crítica do moralismo subjetivista, pois ele é um dos pilares da sustentação da dominação cultural burguesa no capitalismo contemporâneo, ou seja, no regime de acumulação integral¹.

Ética, Moral e Moralismo

Já tratamos da questão da ética e da moral em outras oportunidades (Viana, 2000), bem como do moralismo (Viana, 2022). Não custa recordar que ética é um modo de ser que se materializa na unidade entre valores fundamentais e ações², ao

* Sociólogo e filósofo; autor dos livros “O Modo de Pensar Burguês” (Curitiba: CRV, 2018), *Os Movimentos Sociais* (Curitiba: Prismas, 2016) e “Teses sobre os Sentimentos” (Goiânia: Edições Enfrentamento, 2023), entre outros.

¹ Não poderemos discutir esse conceito e nem o processo histórico de formação e desenvolvimento dos regimes de acumulação e por isso nos limitamos a indicar algumas obras que fazem isso: Almeida, 2020; Viana, 2009; Viana, 2019.

² Note-se que se trata dos valores fundamentais e por isso são guias da ação individual e não todos os valores dos indivíduos. Todo indivíduo tem uma escala de valores e pode ter, em sua mente, conflito entre alguns valores. Porém, os valores fundamentais estão intimamente ligados aos sentimentos mais profundos e concepções mais arraigadas do indivíduo e são mobilizadores (Viana, 2007). Assim, um indivíduo concreto pode ter a religião como valor fundamental e agir de acordo com ela, mas no

contrário da moral, que é um conjunto de preceitos que são pregados, mas nem sempre praticados. A ética é algo que emerge a partir dos indivíduos e coletividades enquanto que a moral é geralmente uma imposição social. Assim, uma pessoa individualista manifesta uma ética individualista. Os seus valores, discursos, concepções são individualistas e suas ações também. Sem dúvida, é possível que o discurso seja diferente das ações, mas não os valores. O discurso pode ser “coletivista” ou até “comunista”, mas os valores, contraditoriamente (e alguns podem ser ocultados), são individualistas. Não há contradição entre valores e ações, mas sim entre estas e o discurso. Os valores nem sempre são explicitados nos discursos. Estes podem, inclusive, ocultá-los. Sem dúvida, a ética é constituída socialmente e, em muitos casos, pode ser correspondente a uma determinada moral. Nesse caso, ética e moral se confundem. Porém, existe uma moral hegemônica (e outras formas que não são hegemônicas ou possuem uma hegemonia regional, atingido determinada coletividade ou setores da sociedade, tal como a moral religiosa de uma religião marginal numa determinada sociedade, para citar apenas um exemplo).

A moral é um conjunto de normas de conduta. A moral é produzida de forma exterior aos indivíduos e depois é imposta pela sociedade ao indivíduo. Os indivíduos são constrangidos, externamente, a adotar, reproduzir, respeitar, a moral (dominante ou que domina determinadas coletividades), mas isso não significa que concordam, se sintam bem, ou que elas sejam parte dos seus valores fundamentais. Nesse sentido, muitos indivíduos dizem aceitar e concordar com uma determinada moral, mas a sua prática entra em contradição com ela, por ser algo frio, formal, e não valores fundamentais. Sem dúvida, existem casos em que os indivíduos adotam uma determinada moral (inclusive a moral dominante) e fazem dela os seus valores

seu trabalho pode agir diferente, não só por pressões externas e exigências institucionais como também por gerar valores específicos relacionados à sua profissão. Na sua atuação profissional ele não manifesta, diretamente, seus valores fundamentais, mas eles estão indiretamente presentes. Ele pode desenvolver valores associados à sua atividade profissional e isso não significa contradição (embora isso possa ocorrer, dependendo de quais valores são esses). Porém, as suas ações fora da profissão podem contradizer tais valores específicos, mas como eles não são fundamentais, não são uma contradição ou falha ética.

fundamentais, ou parte dela, mas isso tem a ver com seus interesses e posição dentro da sociedade, ou formação social do indivíduo em questão.

Assim, a ética e a moral são constituídas socialmente, mas a primeira difere da segunda em sua gênese. Qual é a diferença? A diferença é a de que a ética geralmente não é desenvolvida, a não ser no caso de algumas de suas formas mais refletidas, que ganham expressão noosférica (filosofia, marxismo, teologia etc.), ou seja, os indivíduos, em sua maioria esmagadora, não possuem uma consciência mais desenvolvida sobre sua ética e nem reflexão sobre ela. Os indivíduos não se perguntam, normalmente, quais são os seus valores fundamentais, qual sua escala de valores etc. e nem relacionam isso com uma ética. As exceções são os indivíduos que, por determinada formação intelectual, sabem identificar (e justificar) seus valores fundamentais com determinada ética, como a hedonista, a humanista etc. O processo de formação social do indivíduo significa, também, o processo de constituição de seus valores fundamentais, ou seja, de sua ética.

A moral já tem uma gênese que é geralmente institucional. É o Estado, a Igreja, o Partido, que impõem uma moral. Isso pode gerar valores e até, em alguns casos, valores fundamentais em determinados indivíduos, mas isso ocorre com uma minoria. Ou seja, ela ocorre em proporção inversa ao caso da ética. E quando a ética do indivíduo é uma e a moral que ele diz (ou é constrangido a) adotar é outra, aí temos os casos chamados de hipocrisia (e alguns denominam “falso moralismo”, o que é equivocado, pois a falsidade anda de braços dados com o moralismo). A moral tem uma origem mais institucionalizada e intelectualizada, ela se fundamenta em ideologias e doutrinas, sejam elas religiosas, políticas, filosóficas, científicas, entre outras. E não deixa de ser um tanto óbvio que ela geralmente surja nas classes superiores (a classe dominante e as suas classes auxiliares, que comandam as instituições, produzem ideologias e doutrinas etc.). A moral, ao contrário da ética, tem centros irradiadores que a espalham para a sociedade. Sem dúvida, movimentos contestadores também podem gerar moral, tal como no caso do cristianismo primitivo, que, posteriormente, ao se tornar hegemônico, sofre mutações para se adequar ao novo *status* de moral dominante.

O moralismo é a adoção rígida de uma moral que gera a exigência de sua aceitação pelos demais, gerando a cobrança de sua prática obrigatória por todos. O moralista é aquele que prega uma determinada moral e exige que ela seja seguida e, ao lado disso, ele efetiva a condenação de todos que não seguem as normas de comportamento indicadas por ela. Julgar e condenar é a ação mais típica do moralista, e isso num espaço associal, desconsiderando o contexto em que as ações são realizadas. Se matar é contra determinada moral, e um soldado mata na guerra ou um indivíduo vítima de um assalto o faz em legítima defesa, ele é condenado por ter cometido um ato contra a moral, não importando situação, motivação etc.³

A moral dominante muda historicamente de acordo com as relações sociais e suas mudanças. A moral dominante na sociedade feudal era bem distinta da existente na sociedade capitalista. Uma mesma moral pode mudar com o tempo, mantendo elementos e alterando e acrescentando outros, ou mesmo assumindo formas distintas de acordo com sua existência concreta a partir das divisões sociais, tal como no caso da moral cristã. A moral cristã na sociedade feudal tinha características que foram sendo alteradas com a passagem para a sociedade capitalista e a reforma protestante foi uma reforma moral dentro do cristianismo⁴. Sem dúvida, esse evento mostra não só uma mudança na moral cristã, mas sua divisão, pois alguns mantiveram grande parte da moral anterior (católicos) e outros inovaram (protestantes) e ambas as formas de moral cristã continuaram a existir e conviver (com algumas alterações provocadas pela modernização, que atinge mais uns setores do que outros) entre si e com outras formas que surgem posteriormente.

³ É claro que esse é um exemplo extremo e que dificilmente existiria na realidade, pois a moral sempre tem preceitos que permitem manipular determinadas prescrições, como, por exemplo, uma religião que declara a vida como um valor fundamental, mas, para sua preservação ou para “combater o mal”, pode aceitar o homicídio como prática normal em certas situações. O oportunismo acompanha geralmente o moralismo. Outra companheira fiel é a hipocrisia, pois poucos indivíduos conseguem seguir a rigidez do moralismo (que se distingue da simples moral), que pode ser substituída pelo oportunismo e vice-versa.

⁴ A esse respeito é possível consultar as obras de Max Weber (1987) e Richard Tawney (1971). É possível notar que a moral cristã na sociedade feudal gerou alterações na moral cristã que surge na sociedade escravista antiga. A história da moral cristã sofre mutações por ela ter existido em três formas de sociedades diferentes (escravista, feudal e capitalista) e, no interior do capitalismo, apresenta divisões e alterações históricas de acordo com a história dessa sociedade.

O moralista será aquele que adotará uma moral existente e exigirá, rigidamente, a sua reprodução, bem como julgará e condenará a todos que não efetivarem isso. As morais religiosas, devido suas origens e bases intelectuais (crenças) são o exemplo clássico de moral e de desenvolvimento de moralismos. Porém, não é a sua única forma. Existiram e continuam existindo diversas outras morais (e que possuem outra gênese e preceitos), inclusive algumas que buscam ter fundamentação racional. Quando o sociólogo Durkheim (1983) pregou a necessidade de uma moral cívica ao lado de uma moral profissional, ele estava contribuindo com a emergência de uma moral fundamentada numa concepção científica, sem nenhum caráter religioso.

A moral e o moralismo são sempre identificados com o conservadorismo. Esse é um equívoco comum. Embora a moral e o moralismo tenham nos setores mais conservadores da sociedade o solo mais fértil para se desenvolver, eles também brotam em diversos outros setores da sociedade, embora nem sempre isso seja perceptível. Assim, podemos distinguir entre um moralismo conservador, que assumirá várias formas, e um moralismo progressista, que também assumirá formas distintas.

As várias formas de moral conservadora, na sociedade moderna, são burguesas. A moral burguesa assume várias formas. Ele pode surgir de religiões ou de doutrinas políticas, entre outras possibilidades. A moral liberal é uma moral burguesa, bem como a conservantista e a republicanista. A moral conservantista é mais ligada à religião. A moral liberal é derivada de uma doutrina política. Assim, podemos distinguir na moral burguesa diversas variantes, inclusive uma que é progressista. Geralmente vinculada com o liberalismo democrático⁵ ou com o

⁵ O liberalismo assume várias formas e se altera com o passar do tempo, embora suas formas anteriores continuem sobrevivendo. Assim, podemos citar o liberalismo original, nacional-liberalismo, liberalismo democrático, neoliberalismo etc. como algumas de suas formas existentes. O liberalismo democrático é mais próximo do republicanismo e o elemento individualista é equilibrado com a apologia da democracia e da participação, o que traz uma concepção menos hostil ao Estado e políticas estatais de assistência social, por exemplo. Contemporaneamente, o liberalismo democrático é também chamado de “neoliberalismo progressista”, tal como faz Nancy Fraser (2019) em sua análise das questões políticas nos Estados Unidos.

republicanismo⁶, emerge uma moral que traz alguns preceitos específicos que se unem com preceitos básicos da moral burguesa em geral. Os aspectos específicos apontam para apresentar normas de conduta que reforçam a reprodução das relações sociais dominantes e valores dominantes da classe capitalista. Assim, é possível distinguir uma moral conservantista, que prega a valorização e defesa da família, pátria, propriedade, religião, condenando tudo que vai contra esses elementos da sociedade burguesa; uma moral liberal, que realiza a valorização e defesa do indivíduo, propriedade individual, mercado; uma moral progressista, que se caracteriza por valorar a democracia, o pluralismo, o Estado, entre outras formas de moral.

A Moral Progressista

Depois desses esclarecimentos iniciais, podemos avançar para discutir o moralismo progressista mais especificamente. A sociedade capitalista gera várias morais, como apontamos anteriormente. Essas morais geram o moralista, que é aquele que vai exigir que se cumpra as normas de conduta pregadas por uma delas e vai julgar e condenar quem não o faça. A moral dita regras de comportamento em geral, incidindo sobre várias facetas da vida humana, tais como a religião, a política, a sexualidade etc. Porém, existe uma dificuldade de identificar o moralismo quando ele não é o mais conservador. A razão disso é que o moralismo conservantista, por exemplo, é mais *explícito* e sua *desadaptação* em relação às mudanças sociais e históricas do capitalismo faz seu caráter impositivo mais facilmente perceptível. Assim, a moral sexual pregada por indivíduos de determinada religião mais rígida nesse quesito é explícita e considerada antiquada e uma imposição. O moralismo

⁶ O republicanismo é uma concepção política burguesa mais democrática e relativamente progressista, cuja fonte é a burguesia revolucionária existente antes das revoluções burguesas e tem como representante ideológico original o filósofo Jean-Jacques Rousseau (Cf. “*A Filosofia Política de Rousseau*”, de minha autoria, no prelo). O republicanismo se aproxima bastante do setor mais moderado do progressismo burocrático, tal como é o caso da social-democracia.

progressista, por ser *menos explícito* e *mais condizente* com as necessidades e mutações do capitalismo, não é percebido imediatamente como tal.

O moralismo progressista é mais adaptável e adaptado ao processo evolutivo do capitalismo. Porém, ele também tem divisões e um processo de evolução. A primeira distinção no moralismo progressista é a existente entre o progressismo burguês e o burocrático. O moralismo progressista burguês é o que emerge no bojo das revoluções burguesas e depois se torna mais moderado e se manifesta através do liberalismo democrático e republicanismo. Uma versão do progressismo que se coloca como “antiburguesa” e “revolucionária” emerge com o pseudomarxismo⁷ e manifesta uma expressão dos setores da burocracia que buscam se autonomizar, tendo como principais expressões políticas a social-democracia e o bolchevismo.

A moral progressista busca realizar um compromisso entre a moral burguesa e o proletariado e demais setores da sociedade submetidos à dominação e coação, ou seja, às classes inferiores e grupos sociais subordinados. Nesse sentido, a moral progressista possui uma ambiguidade básica que é apresentar elementos de moral burguesa misturados com elementos de moral gerados pela classe burocrática e pela classe intelectual e elementos oriundos do movimento operário e, ainda, elementos assimilados do marxismo.

Porém, o progressismo tem várias tendências e assume várias formas, sendo que esses aspectos podem ser misturados ou um ou outro enfatizado ou afastado.

⁷ O marxismo autêntico não geral moral e moralismo, o que mostra mais uma distinção entre ele e o pseudomarxismo. O motivo disso é que o marxismo expressa teórica e politicamente o movimento revolucionário do proletariado e não as classes superiores e instituições que necessitam de gerar imposições morais, bem como por ser uma episteme revolucionária, pois não é reducionista e compreende a complexidade da realidade, o que o impede, quando é realmente compreendido/praticado, de retirar as ações individuais e comportamentos do seu contexto (histórico, social, cultural, situacional) e exigir coisas pouco praticáveis em determinados contextos. Em outras palavras, a capacidade explicativa da realidade do marxismo gera uma maior flexibilidade no posicionamento diante dela e dos comportamentos individuais. Assim, o marxismo não condena um indivíduo lumpemproletário moralmente, por ele, por exemplo, pedir esmolas ou realizar um roubo ou apoiar um candidato liberal ou o partido nazista. A sua decisão e ação, no último caso, é criticável e deve ser criticada, mas não condenada moralmente e fora do contexto de suas condições de vida e processos relacionados. O marxismo gera uma ética revolucionária e autogestionária, que é expressa nos valores fundamentais vinculados ao processo de luta por libertação humana e que é uma antecipação da ética humanista sob os limites de uma sociedade de classes e com objetivo fundamental da transformação radical e total das relações sociais.

Não será possível aqui realizar uma síntese das formas assumidas pela moral progressista, apenas destacar que suas fontes remetem para partidos políticos, governos (e, no caso do capitalismo estatal da antiga União Soviética e semelhantes, de aparatos estatais), organizações civis, intelectuais etc. Cabe destacar a moral social-democrata, ligada ao seu ideal democrático-populista, e a moral bolchevista, ligada ao seu ideal autocrático-insurrecionalista.

No primeiro caso, os interesses eleitorais e de apoio popular tornam os partidos social-democratas e seus ideólogos os produtores de uma moral que prega a “democracia” (burguesa) como “valor universal” (e fundamental)⁸, gerando um democratismo discursivo e moralizante em contradição com as práticas reais e concretas desses partidos. No segundo caso, a partir da ideia de insurreição (tomada do poder estatal) pelo partido que seria supostamente a vanguarda do proletariado, se gera o vanguardismo que justifica e legitima o autocratismo (interno, no partido, e externo, em relação ao resto da população, incluindo a própria classe operária). Essas são as duas formas principais de manifestação da moral progressista, que tem muitos aspectos que não poderão ser aqui desenvolvidos por questão de espaço. No entanto, é preciso enfatizar que a moral progressista de origem bolchevique é não só autocrática, mas objetivista, pois ele tem raízes remotas no paradigma positivista e a legitimação da autocracia remete para uma realidade objetiva além dos indivíduos, classes etc. (o desenvolvimento das forças produtivas, a “base econômica”, as “condições objetivas”, o aparato estatal, o partido como portador da verdade e da moral, o “sistema socialista”, etc.).

Moral Progressista e Moralismo Subjetivista

As mudanças sociais que ocorreram a partir dos anos 1980 promoveram uma mutação na moral burguesa conservadora, bem como na moral progressista. Esse processo se iniciou, moderadamente, nos anos 1960 e as lutas radicalizadas do final

⁸ Cf., por exemplo: Coutinho (1980).

dessa década apontaram para mudanças culturais que geraram a base para a mutação valorativa dos anos 1980. A derrota das lutas estudantis e operárias radicalizadas do final dos anos 1960 gerou alguns efeitos culturais, como o surgimento do marxismo autogestionário e a força do autonomismo, por um lado, e a emergência da ideologia pós-estruturalista e semelhantes, por outro. No primeiro caso, a ética revolucionária (mesmo que em alguns casos com ambiguidade), se mantinha viva, mas no segundo caso, o subjetivismo emerge e vai conquistando espaço. O indivíduo, o “sujeito”, o “corpo”, o “desejo”, entre outros termos, começam a ganhar destaque em algumas ideologias e discursos.

A passagem do regime de acumulação conjugado para o regime de acumulação integral, que é instaurado a partir de 1980, marca o início da hegemonia do paradigma subjetivista, com destaque para o pós-estruturalismo e ideologias semelhantes, por um lado, e o neoliberalismo, por outro. O neoliberalismo, como todo liberalismo, se fundamenta no individualismo, transformando o indivíduo no “sujeito” político e cognitivo, enquanto que o pós-estruturalismo e semelhantes elegem os grupos sociais (ou, como em ideologias posteriores, determinado grupo específico) como “sujeito” político e cognitivo, apostando, ambas as ideologias, no pluralismo. O discurso sobre pluralismo, diferença, diversidade, vai ganhando cada vez mais espaço.

As políticas segmentares do Estado neoliberal, ao lado da responsabilização da sociedade civil (para compensar a redução de gastos estatais com políticas de assistência social), promovem uma nova forma de participacionismo, bem como o microrreformismo e desenvolvimento de ONGs, entre outros fenômenos sociais e culturais. O toyotismo, com seu participacionismo, reforça isso. As ideologias pós-estruturalistas e semelhantes fazem um processo semelhante e complementam o neoliberalismo. O neoliberalismo aponta para a diversidade, pluralismo etc., de “cima para baixo”, ou seja, do aparato estatal para a sociedade civil, enquanto que a ideologia pós-estruturalista e semelhantes apontam para coisas semelhantes, só que supostamente de “baixo para cima”, isto é, da sociedade civil para o aparato estatal. Neoliberalismo e pós-estruturalismo são complementares. Aparato estatal e

intelectuais da moda são os mensageiros do subjetivismo e da nova moral que acompanha o regime de acumulação integral.

Essa é a base social da mutação moral e valorativa que ocorrida no capitalismo contemporâneo. Ela é reforçada pelo enfraquecimento de outras formas de moralidade. A crise do capitalismo estatal e queda dos regimes ditatoriais da antiga URSS e Leste Europeu geraram uma crise do leninismo, e, por conseguinte, da moral bolchevista⁹. Alguns mantêm a ortodoxia (inclusive moral), mas uma grande parte se desloca para o reformismo social-democrata, para o autonomismo e para o ecletismo (de onde surge a janela para a entrada do pós-estruturalismo e outras ideologias da época, até chegar ao generismo e outras concepções subjetivistas e, por conseguinte, da moral subjetivista). A ascensão do neoliberalismo e enfraquecimento do bolchevismo, por sua vez, facilitará o deslocamento da social-democracia para uma maior moderação de alguns dos seus setores, para o fortalecimento dos seus setores mais próximos da burguesia e da “americanização” de alguns (que será, após algum tempo, a quase totalidade dos social-democratas)¹⁰. A moral bolchevista e a moral social-democrata são marginalizadas e muitos que ainda se julgam adeptos dessa concepção ou cedem ao hegemônico ou caem no ecletismo (mesmo sem ter consciência disso) e alguns mantêm a mesma posição a partir de um mecanismo de defesa que é o dogmatismo.

Nesse contexto, a moral progressista se torna cada vez mais ditada pelo progressismo burguês. A classe burocrática e a classe intelectual, em sua maioria, aderem à moral progressista subjetivista e se aproximam cada vez mais dos setores progressistas burgueses (liberal-democratas e republicanistas, em suas versões

⁹ No Brasil isso pode ser visto, por exemplo, na Revista Teoria e Política e na tendência política (atuante dentro do Partido dos Trabalhadores) denominada “Nova Esquerda”.

¹⁰ Essa “americanização” é um acontecimento a nível mundial, mas com períodos e formas diferentes em cada país. A hegemonia norte-americana se torna ainda mais forte nesse período e isso promoverá a crítica do sociólogo Pierre Bourdieu na França nos anos 1980. No caso brasileiro, a “americanização” foi abordada por Alves (2019). A americanização significa, no fundo, uma passagem da posição social-democrata para liberal-democrata ou republicanista vinculada com as novas ideologias e doutrinas vinculadas ao paradigma subjetivista (multiculturalismo, generismo, pós-estruturalismo etc.). Sobre o paradigma subjetivista, cf.: Viana (2019).

contemporâneas)¹¹. A moral subjetivista se torna hegemônica, pois passa a expressar os interesses do capital. Ela domina amplamente os setores progressistas e no interior da classe burocrática e intelectual e do setor progressista da classe burguesa.

Resta, no entanto, esclarecer o que é a moral subjetivista e como ela gera o moralismo subjetivista. A moral subjetivista existe há muito tempo, mas ela assume uma forma específica na contemporaneidade. Assim, em sua forma contemporânea, ela emerge a partir da hegemonia do subjetivismo como paradigma. É por isso que para a moral subjetivista a questão das tradições, das religiões, das instituições, da sociedade em sua totalidade, não possuem, discursivamente, primazia. A primazia cabe ao sujeito e sua subjetividade, sendo que o “sujeito” pode ser o indivíduo (para o neoliberalismo, neoindividualismo etc.) ou grupos sociais ou, ainda, um determinado grupo social. Daí um certo setor priorizar o indivíduo e sua subjetividade e liberdade e outro priorizar os grupos sociais ou um determinado grupo social e sua subjetividade (com foco nos sentimentos, desejos etc.).

É nesse contexto que emerge a moral subjetivista contemporânea e ela é mais visível em algumas manifestações, tais como em certos discursos, censuras, modelos de comportamento etc. E, em certos casos, assume formulações mais explícitas, tais como no chamado “politicamente correto”. A partir do momento que a moral subjetivista se torna hegemônica, então o moralismo subjetivista se torna uma manifestação concreta. A moral subjetivista contemporânea é petrificada pelos moralistas. Essa petrificação da moral a torna ainda mais abstratificada e distante da realidade concreta, promovendo reducionismos, maniqueísmos e outros problemas. Os comportamentos, costumes, afirmações e discursos passam a se mover num espaço associal, desligados da historicidade, da sociedade, da totalidade. O ato

¹¹ Alguns republicanistas não caem no ecletismo e, por conseguinte, não aderem à moral subjetivista, mas são uma minoria e sem maior poder de pressão, já que os países imperialistas, organismos internacionais, aparatos estatais, fundações internacionais, empresas capitalistas, aderem, por motivos diversos (e nem sempre coincidentes, pois alguns possuem interesses políticos em criar fragmentação e divisionismo nas classes inferiores, outros focalizam o controle do crescimento populacional, outros se preocupam com explorar nichos de mercado consumidor, além daqueles que cedem ao hegemônico, mesmo sem muita convicção, e os que possuem mais de um desses interesses simultaneamente).

condenável moralmente passa a servir para julgar e condenar o indivíduo que o realiza, independente do contexto e da situação. Uma verdadeira “polícia do pensamento” (para usar expressão de George Orwell) e “do comportamento” se estabelece. O que se pode ou não dizer (e até mesmo pensar) e fazer já está pré-estabelecido pela moral e o moralista subjetivista é o seu guardião, juiz e carrasco.

Isso parece contradizer o subjetivismo. Afinal, o que importa não é o “sujeito” e sua “subjetividade”? Aqui se revela a contradição presente em todas as manifestações morais e que é mais forte nos moralismos e se torna mais presente e explícita no moralismo subjetivista. Se o “sujeito” é o indivíduo, então como ficam os outros “sujeitos” (indivíduos)? “Meu corpo, minhas regras” é um discurso liberal que transforma o próprio corpo em propriedade privada individual e, mesmo tendo o seu momento de verdade, o que predomina é sua falsidade. O corpo de nenhum ser humano pertence somente a ele, pois ele não existe isolado e sem relação e impacto nos demais corpos dos demais seres humanos. Assim, se uma mulher passa nua na frente de um homem (ou vice-versa), isso terá efeitos na mente e corpo desse indivíduo (ou não, dependendo do contexto e caso, o que é mais raro), e se outra pessoa corta parte da pele do seu braço na frente de outras ou faz uma tatuagem de uma suástica no rosto, também. O corpo “pertence” a essas duas pessoas, mas elas não vivem isoladas em uma ilha. Assim, andar nu nas ruas é atentado ao pudor, por exemplo. Numa ilha isolada, isso não teria sentido. O homem do primeiro exemplo também pode apelar para “meu corpo, minhas regras” e definir como sua regra seguir o que seu organismo determina biologicamente, o que entra em contradição com o outro corpo e suas outras regras. Ou o preceito moral só vale para alguns em detrimento de outros? A contradição básica do individualismo é que ele é uma impossibilidade prática, só tendo sentido como discurso (e geralmente discurso conveniente, de acordo com os interesses e as oportunidades).

Esse exemplo é, no entanto, insuficiente e abarca apenas algumas manifestações do moralismo subjetivista. Existe uma outra vertente da moral subjetivista que é grupal e não individual. O “sujeito” é apresentado como sendo livre e suas amarras seriam, fundamentalmente, “culturais”. Assim, seriam algo

“construído” e que, portanto, pode ser “desconstruído”¹². Esse discurso ideologêmico justifica muitas ações de moralistas subjetivistas, pois acaba dividindo o mundo entre os “opressores” e os “oprimidos” e, por conseguinte, faz a apologia dos últimos. Esse discurso nunca coloca o processo histórico de engendramento de determinadas relações sociais de “opressão” (termo problemático e que nada revela de substancial), o contexto social, os interesses por detrás delas (o que permite que até alguns de seus responsáveis possam omitir que fizeram parte de sua constituição)¹³, criando uma versão ideológica e antinômica entre “opressores” e “oprimidos”. Nesse sentido, o moralismo subjetivista emerge para julgar e condenar todos que não reproduzam a nova moral subjetivista e assim acaba criando uma nova forma de essencialismo, o culturalista (e alguns ainda retomam o essencialismo biológico)¹⁴.

Assim, a moral subjetivista é contraditória e isso se manifesta em contradições insolúveis promovidas pela sociedade, pelos seus preceitos, pelo jogo entre interesses capitalistas, além dos conflitos políticos e ideológicos. Ela consegue reunir o processo de setores do capital e dos setores oposicionistas que foram engolidos pela dinâmica da política institucional burguesa e paradigma subjetivista hegemônico. Nesse contexto, emerge um processo de fusão das vertentes hegemônicas da burguesia e da burocracia oposicionista, bem como isso gera uma adesão de setores da intelectualidade que apoiam os setores democráticos do capital e dos que apoiam os progressistas (os herdeiros da social-democracia e do bolchevismo, bem como os resquícios da primeira, além de alguns ligados ao bloco

¹² Aqui aparece a ideologia pós-estruturalista de Jacques Derrida e o seu desconstrucionismo, embora a maioria dos repetidores desse discurso não saiba disso e nunca tenha ouvido falar desse filósofo francês.

¹³ A Fundação Rockefeller, por exemplo, patrocinava pesquisas eugênicas e racistas no início do século 20 e hoje patrocina pesquisas supostamente “antirracistas” (Viana, 2019). Alguns, ingenuamente, podem pensar que se trata de apenas uma “evolução”, mas, no fundo, é apenas a mutação dos interesses do capital.

¹⁴ A respeito do essencialismo culturalista é possível consultar Young (2002) e Viana (2013).

revolucionário, tal como anarquistas e autonomistas, pois o discurso subjetivista se aproxima do voluntarismo e individualismo de alguns de seus representantes).

Isso expressa uma aliança de interesses entre os defensores da moral progressista subjetivista e os certos representantes do bloco progressista, que é o seu setor neopopulista. A crise da social-democracia e do bolchevismo e sua aproximação com o neoliberalismo acabou gerando uma nova forma de populismo. Esse neopopulismo expressa as bases sociais do bloco progressista atual, que une o participacionismo vinculado a ONGs (Organizações Não-Governamentais), com propostas de “orçamento participativo”, “economia solidária”, etc., e a total falta de propostas econômicas e políticas diferenciadas da ideologia neoliberal¹⁵. O bloco progressista (mais conhecido como “esquerda”), ou melhor, o seu setor hegemônico na contemporaneidade, se distingue do neoliberalismo por ser um pouco mais estatizante (inclusive pelos interesses dos burocratas partidários e sindicais atrelados a ela, entre outros setores da burocracia) e aderir às políticas segmentares (negros, mulheres, homossexuais etc.), buscando novos apoios eleitorais e políticos, tal como os setores hegemônicos nos movimentos sociais contemporâneos.

A moral subjetivista passa a dominar e ser hegemônica na classe capitalista e em suas classes auxiliares, bem como na maioria dos setores intelectualizados (escolarizados), pois estes são influenciados pelos intelectuais tecnocomunicacionais (“midiáticos”), capital comunicacional, instituições educacionais, que, por sua vez, em sua maioria, seguem a nova moral subjetivista. Nas classes inferiores, o seu impacto é menor, mas avança com o passar do tempo, especialmente via juventude e estratos superiores e mais próximos dos setores intelectualizados ou influenciados pelos meios oligopolistas de comunicação (e seu impacto nas redes sociais virtuais).

Porém, no caso das classes inferiores a força da moral subjetivista é menor, tanto pela força da moral hegemônica anterior (e as gerações mais antigas mantêm

¹⁵ Basta ver o PT (Partido dos Trabalhadores), no caso brasileiro, que nunca mais defendeu “reformas sociais” ou “reformas de base”, tal como a proposta de reforma agrária desapareceu do seu discurso. Isso vale também os demais partidos progressistas, denominados como sendo de “esquerda” (PSOL – Partido Socialismo e Liberdade; PCdoB (Partido Comunista do Brasil), etc. Esses exemplos nacionais apenas expressam uma tendência mundial, com raras exceções.

de forma mais forte esse vínculo, por razões óbvias, já que sua socialização foi diferente) e vínculos com religiões (que são adeptas de uma moral objetivista), quanto pela sua contradição com a dura realidade cotidiana, na qual as ideias subjetivistas esbarram nas condições concretas de vida. Por outro lado, alguns setores da burguesia e, em menor grau, da burocracia e da intelectualidade também se opõem à moral subjetivista. Esses setores são os mais conservadores e tradicionalistas, alguns setores com interesses próprios (inclusive outros “nichos de mercado”, ou vinculados a instituições autocráticas etc.). Há também aqueles que estão perdendo a competição social (as políticas segmentares são neoliberais e não abolem a competição capitalista, pois não criam, por exemplo, mais vagas, mas apenas substituem os que as ocupam e os que as perdem passam a possuir sentimentos e, por conseguinte, valores e concepções intransigentes diante delas e suas raízes ideológicas) e os fracassados por incompetência.

Por fim, há o bloco revolucionário, que, retirando seus setores ambíguos que adotam a moral subjetivista ou aspectos dela, se opõe a ela por vários motivos, tal como ser contra toda moral e moralismo, ser antagônico ao subjetivismo, além de perceber os vínculos e interesses por detrás desses fenômenos socioculturais e seus efeitos prejudiciais para a luta proletária e das demais classes inferiores.

Entretanto, em que pese não reine absoluta e tenha opositores diversos e por razões distintas e sob formas diferentes, a moral subjetivista é hegemônica. O paradigma subjetivista e a moral que lhe é correspondente vão invadindo a sociedade como um todo, seja através da noosfera (o saber complexo expresso nas ciências, na filosofia etc., e que é repassado, divulgado e popularizado via capital editorial, instituições educacionais de nível superior e médio etc.), seja através do capital comunicacional (filmes, séries, desenhos animados, programas televisivos, celebridades etc.). E assim o discurso muda, as ideias se alteram, a linguagem se adapta. Sem dúvida, a hipocrisia reina, pois muitos adotam o discurso da moral subjetivista, mas nem sempre a praticam. Moralismo e hipocrisia geralmente andam juntos.

Nesse contexto, há uma renovação linguística. Na noosfera, na qual se manifesta a linguagem científica e filosófica, se cria uma nova roupagem lexical com

os termos das modas acadêmicas: sujeito, subjetividade, desconstrução, identidade, diferença etc. E essa linguagem se traduz em ideias e práticas. Desta forma, se alguns defendem o empreendedorismo, outros defendem o empoderamento e todos agora são subjetivistas defendendo o “em” ou o “in” (empreendedorismo, empoderamento, empatia, inclusão etc.), pois o paradigma subjetivista gera uma renovação linguística num sentido mais pragmático. O prefixo “em” se refere a um “movimento para dentro” e possui o “in” e o “en” como variantes (formas vernáculas oriundas da evolução normal do prefixo latino “in-”). O seu uso no bloco progressista apenas exemplifica o seu afastamento do proletariado e do bloco revolucionário, pois substituem os prefixos que indicam simultaneidade ou companhia, como “co”, “com”, “con-” (origem latina), como se vê em cooperar, compor, coordenar, conviver. Outra moda que caminha com isso é o uso e abuso do plural (como no caso de “juventudes”, o que recorda a posição nietzschiana e irracionalista de recusa do conceito, ou seja, de algo universal e essencial)¹⁶. Essas mutações linguísticas revelam o poder do paradigma hegemônico e do capital quando quer impor determinadas concepções e ideologias.

Esse conjunto de mudanças culturais, derivadas de mudanças sociais (a passagem para o regime de acumulação integral), promovem uma mutação na moral burguesa, que passa de objetivista para subjetivista. A moral subjetivista emerge para servir aos interesses da burguesia e do Estado neoliberal. Porém, como toda moral, ela possui alguns elementos que precisam ser destacados. Um desses elementos é que a moral é uma imposição social, mesmo quando afirma que isso brotou dos indivíduos espontaneamente. Porém, a moral dominante acaba sendo adotada sob

¹⁶ Não será possível discutir isso aqui, mas o caso do termo “juventudes”, no plural, ajuda a entender. A ideia é a de que existe uma pluralidade de jovens e juventudes, diferentes e que, por isso, não se pode falar em “juventude”, no singular. Isso é um exemplo de irracionalismo e irracionalidade. A juventude, obviamente, tem inúmeras divisões e subdivisões, até chegar ao nível mais concreto dos indivíduos jovens. E isso ocorre com inúmeros fenômenos. Porém, existe algo em comum, que define o que é a juventude. As diferenças no interior da juventude não impedem a sua conceituação. Apenas revela a necessidade de observar suas diferenças e divisões internas e a necessidade de complementos para expressar isso, o que existe já há muito tempo (juventude operária, juventude negra, juventude socialista etc.). Sem dúvida, essa é uma forma de pensamento pré-dialética, que não consegue entender a relação entre forma e conteúdo e nem o processo de formação dos conceitos.

duas formas: uma apenas discursiva, que é onde se encontra a hipocrisia e outra sob forma efetiva. Alguns, devido a força da moral dominante, reproduzem os seus discursos, mas não a prática correspondente em sua totalidade. No caso atual da moral subjetivista, não faltam homens defendendo discurso “feminista” e a “favor da mulher” e que, em certo momento, são acusados de sexismo e atos bem contrários ao discurso. O outro grupo é composto por aqueles que introjetaram a moral dominante e buscam segui-la de forma relativamente coerente. Embora haja contradições nesse caso, e a prática seja coerente com a moral principalmente quando é conveniente e está de acordo com os interesses dos indivíduos desse grupo, há uma aproximação muito maior. Do interior desse grupo, um conjunto de indivíduos, geralmente por questões psíquicas (ressentimento, desequilíbrio psíquico) ou por interesses (ascensão social, cargos etc.), emerge diversos moralistas que se tornam intransigentes, autoritários, agressivos. Assim, o “discurso de ódio”, para usar termo em voga, nasce de dois lados: dos adeptos extremistas da moral subjetivista e dos adeptos extremistas da moral conservantista. E a existência dessas duas formas de moralismo reforça a antipatia em relação aos adeptos do moralismo oposto¹⁷.

O moralismo subjetivista acaba policiando os indivíduos, a sociedade, buscando impor sua moral, sua linguagem, bem como comportamentos e discursos considerados adequados. Assim emerge coisas como “discurso de ódio”; “cancelamento”, etc. O moralismo subjetivista quer impor a “linguagem subjetivista” (falsamente denominada “neutra”), o politicamente correto, um modelo de comportamento etc. O moralismo subjetivista emerge e se torna presente e atuante nas redes sociais virtuais, nos meios oligopolistas de comunicação, nas relações interindividuais de alguns setores da sociedade etc.

Esse subproduto da moral subjetivista é facilitado pela formação de “bolhas sociais” nas redes sociais virtuais e certos círculos sociais, bem como grupos de interesses e outros processos sociais. Ele ganha espaço em alguns setores da

¹⁷ E a ascensão de Jair Bolsonaro, um conservantista que se aliou aos neoliberais, tem nesse processo uma de suas principais determinações.

sociedade e alguns representantes da moral subjetivista tentam “moderar” e outros se acovardam diante das ameaças de “cancelamento” e coisas semelhantes. O feiticeiro lançou seu feitiço e, em alguns casos, já não o controla mais. O feiticeiro, no entanto, pode lançar outro feitiço tão logo o anterior perca seu efeito ou utilidade.

Considerações Finais

O triunfo da moral subjetivista expressa apenas mais um capítulo da sociedade burguesa e seu processo de desumanização. Porém, a moral conservantista e as demais morais produzidas na história da sociedade capitalista não são alternativas, pois todas elas estão a serviço da reprodução do capital. Da perspectiva marxista e autogestionária, todas as formas de moral e todas as manifestações de moralismo são problemáticas e devem ser criticadas. Elas reforçam a reprodução do capitalismo, sob várias formas.

No caso da moral subjetivista, ela deve ser criticada por diversos motivos, pelo divisionismo que cria, pelo seu vínculo com o paradigma subjetivista e reprodução das ideologias hegemônicas, pelos interesses vinculados (que varia de acordo com o setor da sociedade), pelos seus diversos equívocos, por sua desvinculação com a realidade, e pelo subproduto que é o moralismo subjetivista, uma exasperação de algo já bem problemático. A moral subjetivista é um produto do capital que, ao defender o “sujeito” e sua “subjetividade”, esses dois termos abstratificados e que assumem várias formas (no caso do primeiro, o “sujeito” pode ser o “corpo”, “indivíduo”, “grupo”, “gênero”, etc.) geram problemas individuais, coletivos, psíquicos, além de seu caráter político e vínculo ideológico conservador.

Uma das manifestações visíveis disso é o discurso identitário, um subproduto do paradigma subjetivista e da moral que lhe é correspondente. Os indivíduos, seres humanos integrais, são reduzidos a “identidades” geradas a partir de discursos ideológicos, doutrinários, ou mesmo representações cotidianas. E depois esses indivíduos são convencidos de que essa suposta “identidade” brotou deles mesmos. A força do capital (o conjunto das empresas capitalistas, o capital comunicacional, o Estado neoliberal, os ideólogos e intelectuais a seu serviço etc.) e do paradigma

hegemônico e da moral subjetivista é tão poderosa contemporaneamente que conseguem, como nenhuma outra concepção burguesa conseguiu fazer antes, dominar quase totalmente as mentes da maioria dos indivíduos. O paradigma e a moral subjetivistas conseguiram ludibriar a maioria dos indivíduos de tal forma que agora *eles pensam o que o capital quer que eles pensem, mas pensando que é o que eles querem pensar*. Assim, o capital não só determina o que a maioria dos indivíduos deve pensar, mas também cria a ilusão de que eles são os criadores de tais pensamentos.

Essas concepções são produto da tentativa burguesa de, a todo o custo, salvar o capital. Isso promove efeitos colaterais indesejados, como o irracionalismo, a descrença em relação à ciência (a principal força legitimadora do capitalismo), que, em determinados contextos, podem ser prejudiciais para o próprio capital. Porém, a dominação burguesa sofre com o problema da entropia e assim pode gerar coisas problemáticas e reações inesperadas, sendo mais uma de suas contradições. A ascensão do conservantismo e do liberal-conservantismo são exemplos desse processo. A proximidade de elementos do subjetivismo com elementos do nazismo e do fascismo é outro aspecto que pode promover problemas sociais futuros.

Em síntese, a moral burguesa não pode criar normas de comportamento humanizadas, pois ela tem que normatizar uma sociedade desumanizada. Nesse sentido, a moral subjetivista e o seu moralismo são apenas mais uma manifestação de desumanização. A moral subjetivista é um obstáculo para a libertação humana e por isso deve ser criticada teoricamente e superada praticamente.

Referências

ALMEIDA, Felipe Mateus de (org.). *O Regime de Acumulação Integral*. Retratos do Capitalismo Contemporâneo. Goiânia: Edições Redelp, 2020.

COUTINHO, Carlos Nelson. *A Democracia como Valor Universal*. Nota sobre a Questão Democrática no Brasil. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

DURKHEIM, Emile. *Lições de Sociologia*. A Moral, o Direito e o Estado. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983.

FRASER, Nancy. *A Eleição de Donald Trump e o Fim do Neoliberalismo Progressista*. Disponível em: <https://revolucio2080.blogspot.com/2019/10/a-eleicao-de-donald-trump-e-o-fim-do.html> acesso em 31/10/2019

LINDGEN ALVES, J. A. *Excessos do Culturalismo: Pós-Modernidade ou Americanização da Esquerda?* Disponível em: <https://revolucio2080.blogspot.com/2019/06/excessos-do-culturalismo-pos.html> acesso

TAWNEY, Richard. *A Religião e o Surgimento do Capitalismo*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

VIANA, Nildo. Crítica ao Moralismo. *Revista Posição*, vol. 02, num. 07, 2022. Disponível em: <https://redelp.net/index.php/pos/article/view/132>. Acesso em: 18 jul. 2023.

VIANA, Nildo. *Hegemonia Burguesa e Renovações Hegemônicas*. Curitiba: CRV, 2019.

VIANA, Nildo. Naturalização e Desnaturalização: o Dilema da Negação Prático-Crítica. *Revista Espaço Livre*. Vol. 8, num. 15, jan. jun./2013.

VIANA, Nildo. *O Capitalismo na Era da Acumulação Integral*. São Paulo: Ideias e Letras, 2009.

VIANA, Nildo. *Os Valores na Sociedade Moderna*. Brasília: Thesaurus, 2007

VIANA, Nildo. Reflexões sobre ética. In: *A Filosofia e sua Sombra*. Goiânia: Edições Germinal, 2000.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. 2ª edição, São Paulo: Pioneira, 1987.

YOUNG, Jock. *A Sociedade Excludente*. Exclusão Social, Criminalidade e Diferença na Modernidade Recente. Rio de Janeiro: Revan, 2002.